

Notícias Bancárias

SINDICATO DOS
abc
BANCÁRIOS-CUT

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC - Filiado à Fetec SP/CUT e Contrafi/CUT
ANO XXII - Nº 901 - MARÇO DE 2016

www.bancariosabc.org.br

CONGRESSO CONTRA O TRABALHADOR



- Entrega do pré-sal
- PLS 555
- Terceirização
- Reforma da Previdência
- Criminalização dos Movimentos Sociais

É o Congresso
tramando contra
os brasileiros

HSBC

HSBC não fará pagamento da PLR

Um comunicado interno feito pelo HSBC pegou os funcionários de surpresa com a informação de que o banco não fará o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR 2015), nem do Programa Próprio de Remuneração (PPR Administrativo). A justificativa informada no comunicado para o não pagamento foi resumida a “considerando o resultado do Grupo HSBC no Brasil”.

Nesta mesma semana o HSBC anunciou lucro global de US\$ 13,52 bilhões em 2015, uma queda de 1,2% no lucro líquido e um prejuízo inesperado no quarto trimestre (US\$ 858 milhões). Apesar da redução no volume de negócios (2,36%), o presidente do banco, Douglas Flint, chamou o desempenho do grupo de “globalmente satisfatório”.

“Esse anúncio feito pelo banco, além de surpreender os bancários causou revolta, pois aguardavam os resultados com uma expectativa favorável, até porque, em agosto do ano passado, um comunicado do banco anun-

ciou o crescimento de 247% do lucro do HSBC no Brasil”, explica Belmiro Moreira, presidente do Sindicato e funcionário do banco.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o banco anuncia o não pagamento da PLR e PPR, ele comunica que fará em março o pagamento de Bônus para alguns gerentes. “Esse bônus será distribuído à critério do Regional que irá fazer o pagamento para alguns gerentes conforme o desempenho de cada um”, disse Belmiro. “O HSBC preferiu o caminho do desrespeito e da intransigência! É importante considerar que todos os bancários trabalharam e produziram em 2015”, complementa.



BANCO DO BRASIL

Lucro cresce, mas BB segue sobrecarregando bancário

Instituição lucrou R\$ 14,4 bilhões em 2015, 28% mais em relação a 2014, mas reduziu 2.437 postos de trabalho, o que causa adoecimento na categoria e prejudica população

Está lá no site do Banco do Brasil: “a responsabilidade socioambiental do BB é uma política empresarial que propõe incorporar princípios do desenvolvimento sustentável no planejamento de suas atividades, negócios e práticas administrativas”. Mas será que isso faz sentido em um banco que lucrou R\$ 14,4 bilhões em 2015, acréscimo de 28% em relação a 2014, mas reduziu 2.437 postos de trabalho no mesmo período?

O corte foi influenciado pelo plano de aposentadoria incentivada, implantado pelo banco. Mas enquanto postos de trabalho são eliminados, o funcionalismo adocece, há bancários sobrecarregados, preocupados com a questão do descomissionamento, com produtos que precisam vender e metas quase sempre abusivas. Em todo o país, o Banco do Brasil fechou 95 unidades, terminando o ano com 5.429 agências.

O lucro líquido ajustado do BB, que inclui

os efeitos de itens extraordinários, atingiu R\$ 11,594 bilhões no ano, variação 2,2% superior ao observado em 2014. A rentabilidade ajustada no período foi de 13%. O resultado obtido em 2015 foi impactado pela receita da operação Cateno – acordo de associação entre BB Elo Cartões e Cielo no ramo de meios eletrônicos de pagamento – que gerou resultado de R\$ 3,212 bilhões no lucro líquido no período.

O patrimônio líquido do BB cresceu 1,14% e alcançou o montante de R\$ 81,536 bilhões. O índice de inadimplência – relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada – alcançou 2,38% em dezembro de 2015, ou 0,35 pontos percentuais acima de dezembro de 2014. Apesar do pequeno aumento da inadimplência, a despesa de PDD subiu significativamente (44,7%) em relação a 2014 e alcançou o montante de R\$ 25,776 bilhões.

CASSI

Boletim dos Eleitos aponta soluções viáveis a trabalhadores e aposentados

Publicação está disponível no site do Sindicato e também no facebook

O Sindicato vem disponibilizando periodicamente em seu site e no facebook o Boletim dos Eleitos. Tais boletins visam esclarecer aos funcionários sobre os reais problemas da Cassi, bem como procuram apontar soluções que não resultem em perda de direitos, tanto para os trabalhadores da ativa como para os aposentados.

Déficit - Além de problemas estruturais da saúde privada, o principal responsável pelo déficit é o próprio Banco do Brasil e sua política salarial. “Foi o congelamento dos salários na década de 1990 até 2003 e a alteração unilateral do PCS, de 12% e 16% para 3%, que resultaram na atual fragilidade financeira da Cassi”, afirma o diretor sindical Otoni Lima, também funcionário do banco.

Gestão - O BB por vezes parece buscar esconder sua participação na gestão do plano e, conseqüentemente, apagar suas responsabilidades. Busca, ainda, confundir os trabalhadores ao divulgar como solução propostas que penalizam mais os participantes, sem que a direção do banco assumira quaisquer ônus pela situação que gerou, já que é o banco que indica metade da diretoria da Cassi e de seus conselhos.

“Hoje, com o Willian Mendes, diretor de Saúde e Rede de Atendimento, e Miriam Focchi, diretora de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes, a direção do BB não tem conseguido impor à totalidade da direção da Cassi concordância com medidas que prejudiquem os associados, porém em outros períodos nem sempre foi desta forma. Exemplo disso se deu quando da reforma estatutária de 1996. A reforma aprovada previa um investimento significativo no modelo assistencial de atenção integrada baseada na Estratégia de Saúde da Família (ESF), que jamais foi devidamente efetivado, e isso num cenário no qual havia recursos para tal”, lembra Otoni.

POLÍTICA

Estatuto das Estatais (PLS 555) pode ser votado nesta semana: é hora de intensificar a mobilização

Diretores do Sindicato mais uma vez estarão presentes no Senado para tentar impedir a votação; participe também pela rede social

A resistência ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 555 reúne centrais sindicais, federações, sindicatos e representantes de conselhos de empresas estatais num grande movimento, iniciado no segundo semestre de 2015. Um comitê nacional em defesa das empresas públicas foi criado e, até agora, os protestos promovidos conseguiram adiar por três vezes a votação no Senado. Mas ela pode ocorrer a partir do dia 1º de março, e é fundamental intensificar a mobilização.

“Temos que nos fortalecer para tentar impedir que ocorra com o PLS 555 o que aconteceu com o PLS 131 (do Pré-Sal, veja matéria nesta página), quando o regime de urgência na votação foi mantido e a pauta aprovada. Já conquistamos o apoio de senadores na última manifestação e no dia 1º precisamos de mais adesões, e lá estaremos com muita garra e empenho”, destaca a coordenadora do comitê nacional, Maria Rita Serrano, que também é representante dos trabalhadores



no Conselho de Administração da Caixa e dirigente sindical do Sindicato e da Contraf-CUT.

O comitê já emitiu nota à Contraf-CUT no começo desse mês parabenizando a participação da categoria bancária na luta contra o PLS 555. Esse projeto transforma as estatais (Caixa, BB, BNDES, Banco da Amazônia e todas as demais, nas esferas municipal, estadual e federal) em sociedades anônimas. Além disso, impede a participação de sindicalistas

ou mesmo filiados a partidos políticos em seus conselhos.

Assim como no caso do PLS do pré-sal, tem origem tucana, o senador Tasso Jereissati. Os bancários do ABC mais uma vez estarão presentes para tentar brechar o PLS 555. “É muito importante que não só os representantes sindicais pressionem os parlamentares, mas todos os bancários, que podem enviar e-mails e acompanhar as discussões pela web ou TV. Não podemos admitir que passem por cima de nossos direitos, de nosso patrimônio e de nossa cidadania”, aponta o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.

Todos podem participar também enviando e-mails (veja mais sobre o assunto nesta página), compartilhando essas informações pela rede social e/ou usando a hashtag #naoaopls555. Mais informações também estão disponíveis no site www.diganaoaopls555.com.br ou no face [facebook.com/diganaoaopls555/](https://www.facebook.com/diganaoaopls555/)

Congresso aprova projetos que fazem o Brasil retroceder

Parlamentares disseram sim à liberação do pré-sal para empresas estrangeiras e à lei antiterrorismo, que ainda precisa de ajustes

A Câmara e o Senado deram início à apreciação e votação de projetos que, se transformados em lei, vão interferir diretamente na vida dos brasileiros e, em alguns casos, ameaçar conquistas históricas das últimas décadas e a própria democracia. Os movimentos sindical e social se mobilizam para deter esse retrocesso, mas sem uma participação efetiva da sociedade o risco é imenso. “Não podemos deixar que essa situação prossiga. A hora de reagir é agora”, destaca o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.

Só na última quarta, 24, duas dessas chamadas ‘pautas-bomba’ receberam a aprovação dos parlamentares e caminham para que o País retroceda. No Senado, passou o projeto de lei 131, do senador tucano José Serra, de São Paulo. Ele tira a exclusividade da Petrobras na operação do pré-sal, permitindo a exploração pelas empresas estrangeiras sem parceria com a companhia brasileira. Além de ocorrer num momento em que o petróleo está em baixa no merca-



do, o PL precariza a Petrobras, aumenta o desemprego e ignora todo o esforço tecnológico desenvolvido pelo País para se chegar ao pré-sal. Uma nota de repúdio à aprovação foi emitida pela CUT e pela Federação Única dos Petroleiros, a FUP.

Outra dessas ‘pautas-bomba’ que tramitou e foi aprovada pela Câmara está no PL 2016, a chamada Lei Antiterrorismo. Embora a organização dos movimentos sociais e sindicais tenha conseguido a exclusão do texto

que criminaliza protestos legítimos de trabalhadores e grupos sociais, há ainda questões pendentes que precisam ser solucionadas, como por exemplo artigo que permite qualificar como terrorismo dano ao patrimônio público e outros que abrem brechas para o arbítrio de juízes e delegados. O PL segue para sanção da presidenta Dilma Rousseff.

Nesta semana, um outro PLS, o 555, chamado de Estatuto das Estatais, também poderá ser votado pelos senadores. Um grande movimento já se consolidou contra sua aprovação, já que ele acaba com as empresas públicas brasileiras (veja matéria nesta página). “Mais uma vez estaremos em Brasília para tentar barrar esse projeto privatista”, aponta o presidente do Sindicato.

Você tem o direito e o dever de saber e discutir o que acontece no Congresso Nacional, veja na página 4 como fazer.

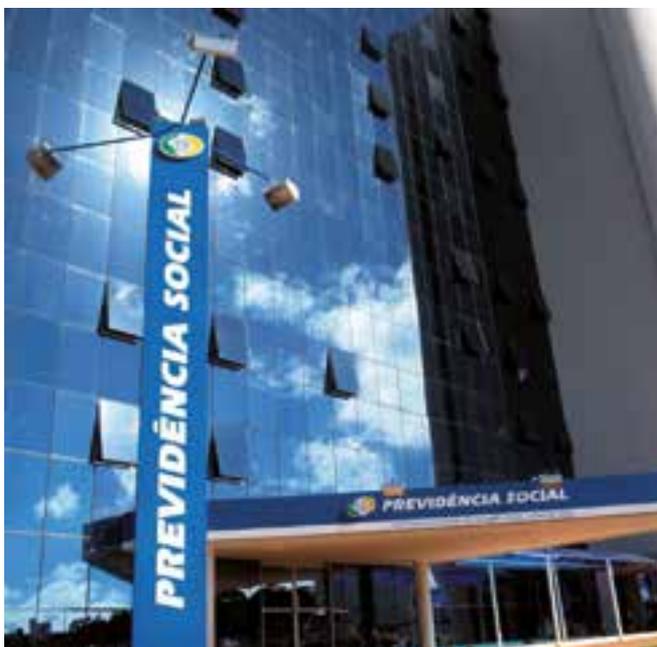
PREVIDÊNCIA

Previdência é outro item a defender

CUT se posiciona contra aumento da idade mínima para aposentadoria

A reforma na Previdência Social com foco no aumento da idade mínima para aposentadoria não tem o apoio da CUT. “O governo federal sinalizou enviar ao Congresso Nacional, dentro de 60 dias, uma proposta de Reforma da Previdência que institui a idade mínima para as aposentadorias, equiparando as regras entre homens e mulheres e entre trabalhadores rurais e urbanos. A CUT se posiciona radicalmente contra essas propostas”, esclarece nota oficial da central divulgada em 19 de fevereiro.

Para a CUT e seus sindicatos – entre os quais o dos Bancários do ABC – essas propostas “atentam contra os interesses da classe trabalhadora, contra os princípios do Direito à Seguridade Social e contra o futuro do País”. A nota destaca ainda que “todo e qualquer debate sobre a Previdência” deve ser feito “amplamente, através de assembleias com os trabalhadores sobre o tema, por meio de audiências públicas e construindo consensos no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, espaço este criado no atual governo e coordenado



pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e que reúne representações dos trabalhadores, aposentados, governo e empresários. A Previdência deve estar a serviço do desenvolvimento, valorizando o trabalho e a distribuição de renda”.

Fundos de pensão

Leia artigo sobre o assunto no site do Sindicato: www.bancariosabc.org.br

CIDADANIA

Você pode e deve protestar



Mesmo sem ir à Brasília, todo cidadão brasileiro tem o direito e o dever de saber e discutir o que acontece no Congresso Nacional,

com os deputados e senadores que ele mesmo ajudou a eleger. Por isso, preste muita atenção aos projetos em andamento, principalmente a quem eles interessam, e como é possível se posicionar para influenciar o voto dos parlamentares.

Acompanhe as sessões pela TV (via web é possível pelo site do Congresso Nacional - <http://www.congressonacional.leg.br/portal/> ou acesse os sites do Senado (<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>) e Câmara (<http://www2.camara.leg.br/>); neles estão também os links com e-mails de todos os senadores e deputados federais em exercício. Diga ao seu senador ou deputado sua opinião sobre o que está sendo votado, e cobre uma posição do parlamentar.

Além do PLS 555, que deverá ser votado nesta semana, ainda há vários projetos ameaçadores em curso (como o que criminaliza as vítimas de violência sexual ou o que libera a terceirização indiscriminadamente, por exemplo), e mesmo os já aprovados ainda não foram transformados em lei. Participe: faça valer sua cidadania!

EDITAL ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC, CNPJ nº 43.339.597/0001-06, registro sindical sob o nº 46000.005206/00-46, por seu presidente, no uso de seus poderes e no desempenho das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Entidade Sindical, convoca os bancários, empregados do Banco do Brasil S/A, Bancos e Empresas Coligadas enquadrados como bancários e financiários seus associados ou não, pertencentes à sua base territorial formada pelos municípios Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, para assembleia geral extraordinária que se realizará no dia 03 de março de 2016, às 18:30, em primeira convocação, e às 19:00, em segunda convocação, à Rua Xavier de Toledo, 268, Centro, Santo André/SP, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: a) Adesão ao Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF e o Banco do Brasil S.A., Bancos e Empresas Coligadas, visando à instituição de Comissões de Conciliação Voluntária – CCV; Santo André, 26 de fevereiro de 2016. Belmiro Aparecido Moreira – Presidente – CPF nº 107.567.078-03

Fique sócio! Você só tem a ganhar



Presidente: Belmiro Moreira - Diretor de Imprensa: Otoni Pedro de Lima

Jornalistas Responsáveis: Irivaldo T. Cristofali (MTb 57.406) e Maria Angélica Ferrasoli (MTb 17.299)

Sede: Rua Cel. Francisco Amaro, 87 - Centro - Santo André - SP - CEP 09020-250 - Fone: (11) 4993-8299 - Fax: (11) 4993-8290

Impressão: NSA - Tiragem desta edição: 7.000 exemplares - Site: www.bancariosabc.org.br - E-mail: imprensa@bancariosabc.org.br